

REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
Vol.2 – Número 3- JUL.2017

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS

O PSICOPEDAGOGO FRENTE À INCLUSÃO ESCOLAR

Tânia Mara de Souza Sampaio¹

¹ Mestranda em Ciências da Educação. Pós Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Pós Graduação em Interpretação de Libras na Unigrendal. Pedagogia e Matemática

RESUMO

Esta obra intenciona demonstrar um olhar diferenciando sobre as relações entre criança, família e escola na sociedade moderna do século XXI.

O aspecto de maior relevância é enfatizar o papel dos educadores e instituições na superação de conflitos no processo ensino/aprendizagem, principalmente no que se refere aos problemas de aprendizagem e fracasso escolar, de modo que os indivíduos que estiverem passando por uma, ou até pelas duas situações apontadas, sejam compreendidos e assistidos pela família e docentes, vindo a superar tais falhas, através da autoestima e da confiança mútua entre todas as partes.

Para que isto se torne uma prática possível, ressaltamos a importância de respeitarmos o diferente, de construirmos juntos uma cultura de paz, de amizade, de solidariedade, de valores éticos e morais, não permitirmos que as crianças (nossos filhos ou alunos) sejam influenciadas em sua pureza, por conceitos e pré-conceitos advindos dos adultos, os quais podemos citar: econômico, sexual e finalizando o preconceito contra pessoa deficiente e idosa. Infelizmente ainda enfrentamos este tipo de problema social, e desejamos trabalhar para superá-lo completamente nos próximos anos, educando as crianças, interagindo com as pessoas no âmbito da pedagogia e da psicologia na vitória contra o fracasso humano “de negar o diferente”.

Palavras chave: Inclusão, diversidade, respeito e cidadania.

SUMÁRIO

Resumo	3
Introdução.....	5
CAPÍTULO I - O que é inclusão escolar?.....	6
1.1 Por que incluir?.....	9
1.2 Como fazer incluir?.....	9
CAPÍTULO II - Políticas públicas	13
2.1 Declaração de Salamanca.....	13
2.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96.....	16
2.3 Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).....	18
CAPÍTULO III - Um desafio possível.....	21
Considerações Finais.....	28
Bibliografia.....	29

INTRODUÇÃO

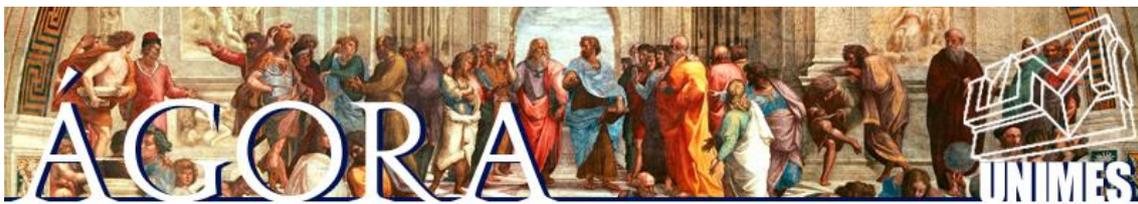
O tema desta pesquisa, o papel do psicopedagogo frente a inclusão escolar em salas regulares, originou-se pela percepção da necessidade de estudos que busquem auxiliar o professor que recebe alunos com necessidades educacionais especiais na sala de aula, considerando que a inclusão representa um desafio para esses professores que, de modo geral não possuem formação em Educação Especial.

A intenção não é expor um pensamento, mas dialogar e pesquisar sobre problemas, questões, dúvidas, que carregamos no dia-a-dia de trabalho e compartilhar bons momentos, sucessos, sonhos e experiências. Sempre existe a possibilidade de as pessoas se transformarem, mudarem suas práticas de vida, enxergarem por outros ângulos o mesmo objeto/situação, conseguirem ultrapassar obstáculos que julgam intransponíveis, sentirem-se capazes de realizar o que temiam.

Como estão hoje as nossas escolas? Esse desafio que enfrentamos tem limites e esse limite é o da crise educacional em que vivemos, tanto pessoal como coletivamente, no ofício que exercemos.

O que é inclusão? Por que incluir? Como fazê-la incluir? São dúvidas que pretendemos abordar no primeiro capítulo, valendo-nos dos estudos de Maria Tereza Eglér Mantoan.

No segundo capítulo, procuramos retratar as políticas de inclusão escolar hoje, tratando especificamente da Carta de Salamanca, da LDB nº 9.394/96 e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, destacando alguns pontos relevantes que caracterizam a inclusão da “Educação de deficientes”, da “Educação dos excepcionais” ou da “Educação especial” na política educacional brasileira.



No terceiro capítulo buscamos entender qual o papel do psicopedagogo diante das novas demandas escolares, sua função preventiva e a grande diversidade de situações com as quais terá que se deparar ao longo da prática.

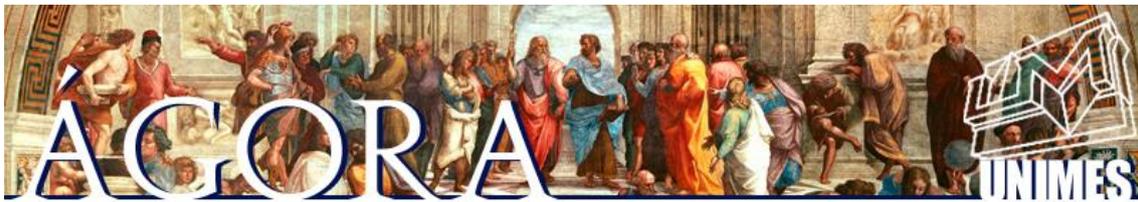
CAPITULO I - O QUE É INCLUSÃO ESCOLAR?

Antes de definir melhor o que é inclusão, é preciso esclarecer o conceito de paradigma que ele representa aos conteúdos de uma visão de mundo. Uma análise da vida escolar ao redor, sob o ponto de vista das orientações que determinam a prática educativa, remete a identificar tendências ou paradigmas consciente ou inconscientemente determinantes na linguagem, nas ações, nos instituídos garantindo esta ou aquela configuração escolar. Entender essa configuração é deslindar estes pressupostos, compreendendo-os em seu momento e nas determinações históricas que os configuraram.

Aprofundando um pouco mais sua reflexão, Mantoan (2003), diz que: “A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da Educação escolar que estamos retrazendo”.

Para falar sobre inclusão escolar é preciso repensar o sentido que se está atribuindo à Educação, além de atualizar nossas concepções e ressignificar o processo de construção de todo indivíduo, compreendendo a complexidade e amplitude que envolve essa temática.

O termo inclusão não diferencia muito da ideia de exclusão, pois só é possível incluir alguém que já foi excluído. A inclusão está respaldada na dialética inclusão/exclusão, com a luta das minorias na defesa dos seus direitos. (CARVALHO, 2000). A ideia de uma sociedade inclusiva se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, perversa e desumana, onde inclusão e exclusão têm o mesmo significado para a



sociedade. Partindo desse princípio e tendo como horizonte o cenário ético dos Direitos Humanos, sinaliza-se a necessidade de se garantir o acesso e a participação de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo. (SANTOS, 1997).

Contudo, a inclusão coloca inúmeros questionamentos aos professores e profissionais especializados que atuam nessa área. Por isso é necessário avaliar a realidade e as controvertidas posições e opiniões sobre o termo e repensar sobre o que se está habituado a fazer.

A tendência é focar as deficiências no sistema educacional no desenvolvimento pleno da pessoa: no fracasso escolar, no déficit de atenção, na hiperatividade e nas deficiências onde o problema fica centrado na incompetência do aluno, quando a dificuldade está no sistema fragilizado. É preciso refletir sobre a Educação em geral para pensar em inclusão da pessoa com deficiência.

Há também que se lembrar que todos os alunos vêm com conhecimentos de realidade que não podem ser desconsiderados, pois fazem parte de sua história de vida, exigindo uma forma diferenciada no sistema de aprendizagem. Mas é preciso pensar que, para que a inclusão se efetue, não basta estar garantido na legislação, demandam-se modificações profundas e importantes no sistema de ensino. Essas mudanças deverão levar em conta o contexto socioeconômico, além de serem gradativas, planejadas e contínuas para garantir uma Educação de ótima qualidade (BUENO, 1998).

Portanto, a inclusão depende de mudança de valores da sociedade e a vivência de um novo paradigma. Contudo, essa questão não é tão simples, pois, se devem levar em conta as diferenças. Como colocar no mesmo espaço demandas tão diferentes e específicas se muitas vezes, nem a escola especial consegue dar conta desse atendimento de forma adequada? O professor e os profissionais de Educação precisam lutar contra essa demagogia sortida e barata, existe sim a inclusão no papel, imposto por lei, mas junto foram esquecidos os marginalizados pela sociedade.



REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS

Vol.2 – Número 3- JUL.2017

Kunc (1992), fala sobre inclusão:

O princípio fundamental da Educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a Educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a ideia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo.

É preciso diferenciar a integração, na qual tudo depende do aluno e ele é que tem que se adaptar buscando alternativas para se integrar, ao passo que na inclusão, o social deverá modificar-se e preparar-se para receber o aluno com deficiência e não com problemas psicológicos e assistenciais, que é o que acontece com as escolas públicas.

Jamais haverá inclusão se a sociedade se sentir no direito de escolher quais deficientes poderão ser incluídos. É preciso que as pessoas falem por si mesmas, pois sabem do que precisam, de suas expectativas e dificuldades como qualquer cidadão. Mas não basta ouvi-los, é necessário propor e desenvolver ações que venham a modificar e orientar as formas de se pensar a própria inclusão.

Inclusão é uma nova forma de pensar a Educação, onde se reconhecem e valorizam as diferenças, diferenças essas que ajudam a traçar metas para fazer uma nova escola, voltada para a cidadania livre de preconceitos.

Para conseguir reformar a instituição escolar, primeiramente tem-se que aceitar e reformar o sistema vigente. Está-se vivenciando uma crise de paradigmas e toda crise gera medos, insegurança e incertezas, mas propõe mudanças mais ousadas. Estas mudanças de perspectiva educacional propõem que os educadores façam a diferença buscando conhecimento, e contribuindo com uma prática resignificativa, desenvolvendo uma Educação baseada na afetividade e na superação de limites, na qual as crianças aprendam a respeitar as diferenças em sala de aula, preparando-as para o futuro, a vida e o mercado de trabalho, pois vivendo a experiência inclusiva



Vol.2 – Número 3- JUL.2017

serão adultos bem diferentes de nós, e por certo não farão discriminações sociais.

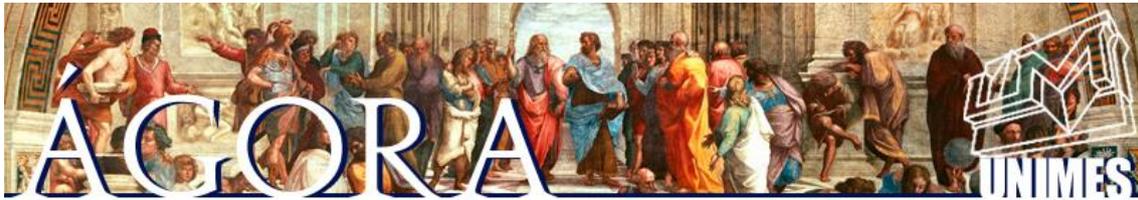
Recriar um novo modelo educativo com ensino de qualidade, que diga não à exclusão social, implica em condições de trabalho pedagógico e uma rede de saberes que se entrelaçam e caminham no sentido contrário do paradigma tradicional de Educação diferenciada. É uma reviravolta complexa, mas possível, basta que lutemos por ela, que nos aperfeiçoemos e estejamos abertos a colaborar na busca dos caminhos pedagógicos da inclusão.

As diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprender e como entender o mundo e a todos.

1.1 Por que incluir?

Hoje se vivenciam as marcas da violência, evasão, fracassos e marginalização nas escolas, um discurso que é debatido sem muito sucesso, politicamente inserido nos programas dos últimos governos e a Educação inclusiva tem sido controversa, discutida e analisada também sem sucesso.

A inclusão seria uma oportunidade que se tem para reverter a situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas, de modo que os alunos não sejam penalizados pela repetência, a evasão, a discriminação, a exclusão. (MARTINS, 1997). A Educação inclusiva é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa dos seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso e privações constantes e pela baixa autoestima resultante da exclusão escolar e social. Alunos que são vítimas de seus pais, de seus professores e, sobretudo, por viverem em condições de pobreza em todos os seus sentidos.

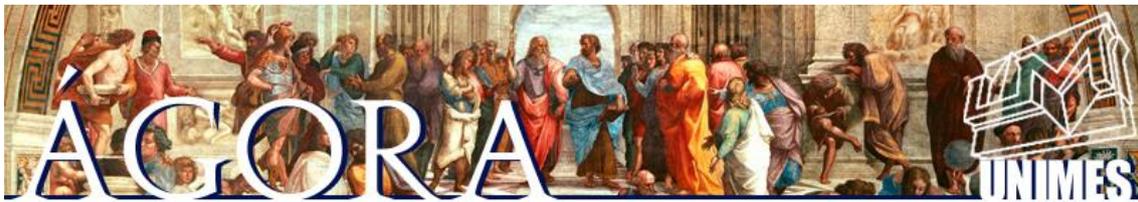


Sabe-se que inclusão é um desafio nas escolas e fora delas e que estes desafios são necessários a fim de que se possa avançar. É fácil receber os alunos que aprendem apesar da escola e é mais fácil ainda encaminhar os que têm dificuldades de aprendizagem para as classes e escolas especiais, sendo ou não deficientes, aos programas de reforço e aceleração. Por meio dessas válvulas de escape continuar-se-á a discriminar os alunos que não se consegue ensinar. Está-se habituado a repassar os problemas para outros colegas, os “especializados” e, assim, não recai sobre os ombros o peso das limitações profissionais.

1.2 Como fazer incluir?

A inclusão se destina a alunos com dificuldades em aprender de acordo com suas características pessoais. Infelizmente, falta um compromisso mais sério do poder público, outro por ignorância familiar. Nesse sentido, a inclusão pode representar uma exclusão se não a direcionarmos corretamente. Percebe-se, pelos comentários dos professores, a necessidade de qualificação e o quanto é difícil incluir alunos que necessitam de um atendimento por profissionais especializados em classes regulares, sem que este tenha a formação necessária. A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria das escolas, especialmente as de nível básico, mas resulta em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada. (CARVALHO, 2000).

Mudar a escola é enfrentar “dificuldades” em muitas frentes de trabalho, cujas tarefas fundamentais são: recriar, reorganizar e garantir novos modelos educativos, dando uma liberdade de tempo para aprender, desenvolvendo habilidades e qualificando professores e administradores, garantindo assim aos alunos de inclusão tempo e liberdade para aprender, sem exclusões e exceções. Reorganizar as escolas que reconhecem e valorizam as diferenças,



têm projetos inclusivos de Educação no ensino que ministram, difere radicalmente do proposto para atender às especificidades dos educandos que não conseguem acompanhar seus colegas de turma, por problemas que vão desde as deficiências até outras dificuldades de natureza relacional, motivacional, cultural dos alunos. (VAYER; RONCIN, 1989).

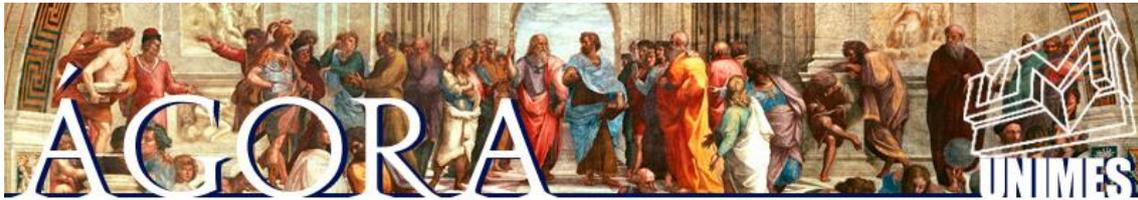
Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que se deve ter com toda a urgência nas salas de aula. Essa superação refere-se ao que ensinar aos alunos e ao como ensinar para que eles cresçam e se desenvolvam, sendo seres éticos, justos e revolucionários, pessoas que têm de reverter uma situação que não conseguir resolver inteiramente: mudar o mundo e torná-lo mais humano. Recriar esse modelo tem a ver com o que entender como qualidade de ensino.

Para recriar o modelo educativo de forma competente, não se pode encaixar um projeto novo, como é o caso da inclusão, em uma velha matriz de concepção escolar; daí a necessidade de se recriar o modelo educacional vigente. (SASSAKI, 1997).

Uma escola se diferencia através de um ensino de qualidade, capaz de formar pessoas nos padrões requeridos por uma sociedade mais evoluída e humanitária, quando consegue aproximar os alunos entre si, tratar as disciplinas como meios de conhecer melhor o mundo e as pessoas que rodeiam e ter como parceiras as famílias e a comunidade na elaboração e cumprimento do projeto escolar.

Tem-se um ensino de qualidade a partir de condições de trabalho pedagógico que impliquem em formação de redes de saberes e de relações, que se enredem por caminhos imprevisíveis para chegar ao conhecimento; existe ensino de qualidade quando as ações educativas se pautam por solidariedade, colaboração, compartilhamento do processo educativo com todos os que estão direta ou indiretamente nele envolvidos.

A reorganização das escolas depende de um conjunto de ações que estão centradas no projeto político-pedagógico. Esse projeto é uma ferramenta



REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS

Vol.2 – Número 3- JUL.2017

de vital importância para que as diretrizes gerais da escola sejam traçadas com realismo e responsabilidade. Ele parte do diagnóstico da demanda, penetra fundo nos pontos positivos e fracos dos trabalhos desenvolvidos, define prioridades de atuação, objetivos, propõe iniciativas e ações com metas.

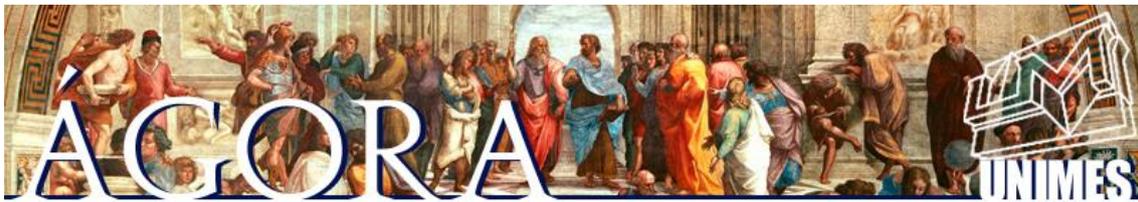
A inclusão não prevê a utilização de métodos e técnicas de ensino específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta essa condição e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. Não se trata de uma aceitação passiva do desempenho escolar, mas de agir com realismo e coerência e admitir que as escolas existem para formar cidadãos.

Eis aí um grande desafio a ser enfrentado quando se propõe a reorganização das escolas, cujo paradigma é direcionado e baseado na transmissão dos conhecimentos, não importa o quanto estes possam ser acessíveis ou não aos alunos.

É certo que não se consegue predeterminar a extensão e a profundidade dos conteúdos a serem construídos pelos alunos, nem facilitar/adaptar as atividades escolares para alguns, porque se é incapaz de prever, de antemão, as dificuldades e facilidades que cada um poderá encontrar para realizá-las, porque só o aluno pode regular o processo de construção intelectual.

A maioria dos professores não pensa assim e nem é alertada para esse fato e se apavora, com razão, ao receber alunos com deficiência ou com problemas de aprendizagem em suas turmas, pois prevê como será difícil dar conta das diferenciações que um pretense ensino inclusivo lhe exigirá. A reorganização administrativa e os papéis desempenhados pelos membros da organização escolar são outros alvos a serem alcançados.

A descentralização da gestão administrativa parece ser uma questão essencial, pois é condição para que se promova uma maior autonomia pedagógica, administrativa e financeira de recursos materiais e humanos por meio dos Conselhos, Colegiados, Assembleias de pais e de alunos.



Ao serem modificados os rumos da administração escolar, os papéis e a atuação do diretor, coordenadores, supervisores e funcionários perdem o caráter controlador, fiscalizador e burocrático de suas funções e readquirem teor pedagógico, deixando de existir os motivos pelos quais esses profissionais ficam confinados em seus gabinetes, sem tempo para conhecer e participar mais intensiva e diretamente do que acontece nas salas de aula e demais ambientes educativos das escolas.

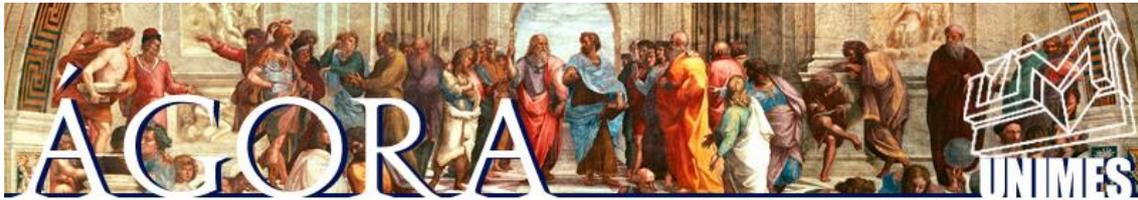
CAPÍTULO II – POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1 Declaração de Salamanca

Em 1994, foi publicado a “Declaração de Salamanca”, resultado de um seminário, na Espanha, cujas diretrizes defendem o atendimento especializado para as necessidades específicas e individuais e a integração dos alunos portadores de necessidades especiais no ensino regular. O documento expressa o seu objetivo de:

Promover a Educação para Todos, analisando as mudanças fundamentais de políticas necessárias para favorecer o enfoque da Educação integradora, capacitando realmente as escolas para atender a todas as crianças, sobretudo as que têm necessidade educativa especial. (UNESCO, Ministério da Educação e Ciências da Espanha, 1994, p.5).

Esse documento propõe a organização de escolas que “incluam todos, sem distinção de diferenças, promovam a aprendizagem e atendam as necessidades de cada um” e a sócio-integração entre os sujeitos ditos “normais”, que cumpram a Declaração de Salamanca, que destaca:



Promover e facilitar a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas com deficiência no planejamento e no processo de tomada de decisões para atender alunos e alunas com necessidades educativas especiais. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA 1994, p.6).

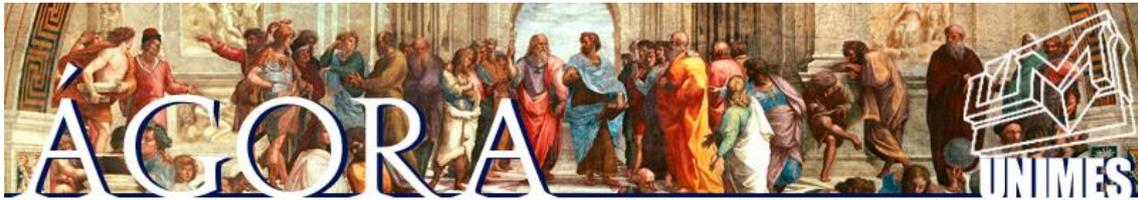
Trata-se de um documento relevante, que visa colocar para o sistema educacional o desafio de se reestruturar para acolher todas as crianças e jovens, independentemente de suas características individuais. O documento de Salamanca é um reflexo das ideias de que a escola deve levar à emancipação do ser humano. Uma escola que atenda a Educação como fator social, político e cultural, em oposição a uma escola padronizada e reprodutora do status quo.

Segundo Carvalho (2000.p.59), o documento de Salamanca visa nortear o trabalho com os alunos portadores de necessidades especiais. Fica assim evidenciado:

Propostas curriculares adaptadas, a partir das que são adotadas pela Educação comum (...) conjunto de medidas que se reúnem como respostas educativas da escola compatíveis com as necessidades dos alunos (...) Uma escola aberta à diversidade, isto é, que respeite e resignifique as diferenças individuais, bem como que estimule a produção de respostas criativas, divergentes, em oposição às estereotípias e a homogeneidade do sócio culturalmente entendido como normal. (Carvalho. 2000.p.57).

Para tanto, percebe-se que, para que isso ocorra, é necessário que tal perspectiva implique uma redefinição do papel da escola a partir da mudança de atitude dos professores e da comunidade entre outras coisas; o aspecto inovador da Declaração de Salamanca consiste na retomada de discussões sobre essas consequências e no encaminhamento de diretrizes básicas para a formulação e reformas de políticas e sistemas educacionais.

A Declaração de Salamanca afirma que:



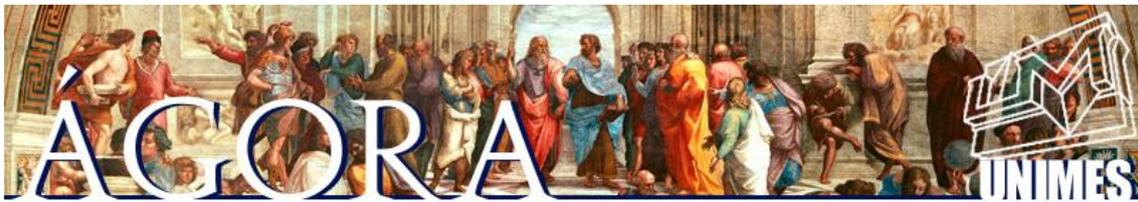
Durante os últimos 15 ou 20 anos, têm-se tornado claro que o conceito de necessidades educacionais especiais teve que ser ampliado para incluir todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola, seja por que motivo for. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. 1994.p.15).

Dessa maneira, o conceito de necessidades especiais passará a incluir, além das crianças portadoras de deficiências, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola. Essas mudanças são difíceis, haja vista que o documento de Salamanca coloca que a Educação inclusiva não é uma ação isolada da Educação especial; ela é principalmente uma transformação da Educação comum.

Isso significa um grande desafio para a Educação especial que, nesse contexto, deve: atrair crianças para escola; dar suporte aos sistemas de ensino para recebê-las; identificar e atacar focos de exclusão escolar, fazer com que a atenção à diversidade faça parte dos projetos pedagógicos da escola.

Entretanto, o documento de Salamanca expressa para assegurar que, num contexto de mudanças sistemáticas, os programas de formação dos professores, tanto iniciais quanto contínuos, estejam voltados para atender às necessidades educacionais especiais nas escolas:

Que os Programas de formação inicial deverão incutir em todos os professores da Educação básica uma orientação positiva sobre as deficiências que permita entender o que se pode conseguir nas escolas com serviços locais de apoio (...) a capacitação do docente especializado deverá ser reexaminada com vistas a lhes permitir o trabalho em diferentes contextos e o desempenho de um papel-chave nos programas relativos às necessidades educacionais especiais. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. 1994.p.72).



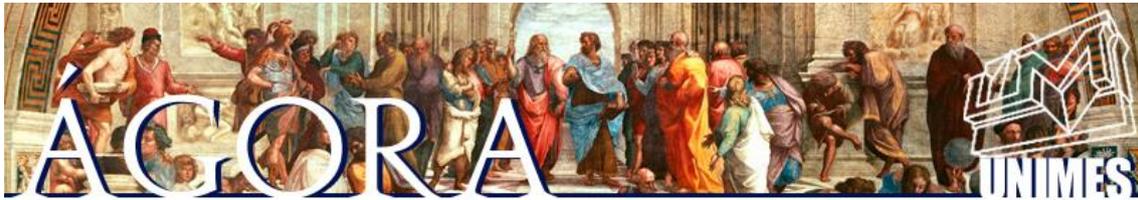
Observa-se, portanto, que a preocupação se volta para o papel da escola, da relevância dos administradores locais e dos diretores de estabelecimentos escolares, que devem criar procedimentos flexíveis de gestão, remanejar os recursos pedagógicos, diversificar as opções educativas, estabelecer relações com pais e comunidade. Para tanto, o corpo docente, e não cada professor deve dividir a responsabilidade do ensino ministrado ao PNEE (Portador de Necessidades Educacionais Especiais).

A Declaração de Salamanca contempla ainda linhas de ações para elaboração de planos nacionais de Educação para todos, inspirados na vontade política e popular de cunho democrático. As linhas de ações contemplam os aspectos: legislativos, políticos, administrativos, financeiros e educacionais.

Na sequência, a Assembleia Geral da ONU, em 20 de dezembro de 1996, assinou a Resolução de nº 48/96 – que adotou o documento Normas de Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência. Esse documento deu forma às ideias do programa de 1982, que visava à consolidação do processo de construção da cidadania de indivíduos deficientes, incluindo mudança na legislação.

Em relação a isso, o documento de Normas de Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência que contempla:

As autoridades da Educação comum são responsáveis pela Educação de pessoas com deficiência em ambientes inclusivos. Elas devem garantir que a Educação seja uma parte integrante do planejamento educacional nacional, do desenvolvimento de currículo e da organização escolar. (...) II. A Educação em escolas comuns pressupõe a provisão de intérprete, e outros serviços adequados de acessibilidade às necessidades de pessoas com diferentes deficiências devem ser prestados. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994. p28).



Em outras palavras, o desafio para a construção de uma Educação inclusiva é justamente a implementação da norma que garante e equiparação de oportunidades para todos. Uma vez colocado o movimento de inclusão no Brasil, explicitaremos, a seguir, a Lei que culminou com o processo de Inclusão.

2.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/96

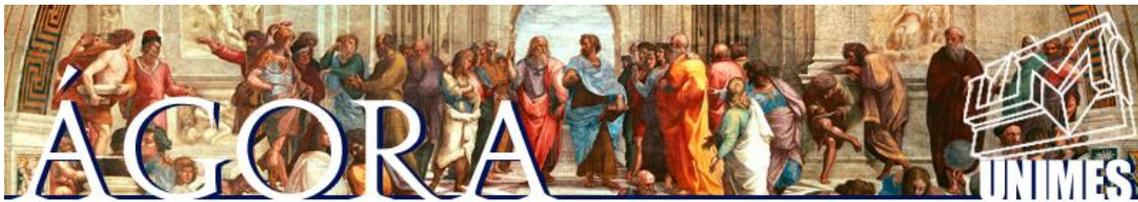
Para que ocorra a implementação do processo inclusivo nas escolas, o Governo Federal deixa a incumbência para os Estados de organizarem e discutirem questões relativas ao perfil profissional e à participação da comunidade. Em decorrência da análise da legislação e das normas, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, reafirmando o processo da Inclusão no Brasil.

A nova LDB, Lei nº 9.394/96 trouxe avanços significativos para a Educação Especial, principalmente quando destina um capítulo à parte, que trata especificamente da Educação especial.

A LDB cita, em seu art. 58, parágrafo 3º: “a oferta de Educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a Educação infantil”. Analisando e refletindo sobre a LDB, constata-se que a lei prevê a necessidade de atender as especificidades dos alunos independentemente de sua diversidade. Em seu artigo 58 está expresso que entende a “Educação Especial, para efeito desta lei, a modalidade de Educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos portadores de necessidades especiais”.

O parágrafo 1º do artigo 58 ressalta a “necessidade de serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela da Educação especial”.

A lei deixa claro que todos os alunos portadores de necessidades especiais físicas, sensoriais ou mentais terão Educação no ensino regular,



ressalva que a não ser que esses alunos não tenham condições de se integrar, nesse caso, estudarão em classes, escolas ou em serviços especializados. (LDB, 1996. Art. 58 e & 2º). A lei prevê ainda a necessidade de atender as especificidades dos alunos portadores de necessidades educativas especiais. Para tanto, haverá um processo de transformação na escola, onde realmente começa a ser lançada a Inclusão Escolar.

Para que isso ocorra, é necessário que haja uma reestruturação orgânica da escola, busca da sua identidade de função social, sua dimensão política, técnica e organizacional do processo de ensino-aprendizagem.

Observa-se, dessa forma, que a Lei prevê a necessidade de atender as especificidades dos alunos mediante serviços especializados, estrutura organizacional da escola e formação específica e contínua do corpo docente que atende o aluno portador com necessidades educativas especiais.

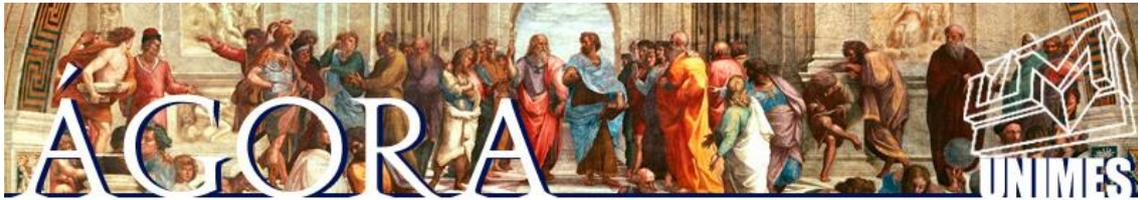
Investir na capacitação docente é fundamental para que os professores compreendam como acontece o processo de desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo, emocional e social do indivíduo, dominando também a teoria das modalidades de aprendizagem, bem como trabalhar metodologicamente.

Tendo em vista a capacitação exigida dos professores para que possam atuar na Educação do aluno com necessidade especial, a Lei, em seu artigo 59, capítulo III, convoca:

Professores com especialização adequada em nível médio e superior, para o atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

É importante citar a Lei nº 9.394/96, artigo 59, que explica que todos os alunos PNEE terão no ensino um currículo diversificado que atende as suas necessidades educativas.

A Lei nº 9.394/96, em seu capítulo voltado à Educação Especial, busca o apoio legal para a formação de uma sociedade justa, sem preconceito,



REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS

Vol.2 – Número 3- JUL.2017

discriminação, em que todos, indistintamente, tenham direito à Educação de qualidade e à cidadania.

Segundo Blanco (1997, p.185), “todos os alunos são ensinados para dar valor e respeitarem as diferenças e similaridades do ser humano”.

As escolas inclusivas baseiam-se nos princípios de que todos os alunos, não importando a raça, habilidades linguísticas, condição social e financeira, habilidade de aprendizagem, formação étnica, cultural e religiosa tenham acesso à qualidade de serviços em sua vida escolar. Buscam uma Educação competente para formar cidadãos habilidosos, críticos e que saibam defender-se, tornando-se independentes e livres para participar de uma sociedade justa e democrática.

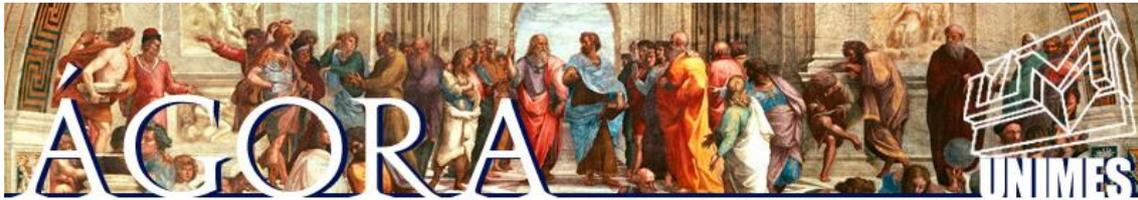
2.3 Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)

Em 1997 surgem os PCNs, com o objetivo de servir como referencial curricular para a Educação. Inicialmente visavam somente o ensino regular; em 1998, porém, foi lançado um volume introdutório que trouxe informações relevantes para a Educação Especial com o título: “Educar Crianças com Necessidades Especiais” (BRASIL, 1999.p.35-36).

Esse documento contém orientações básicas da Prática da Educação Especial, norteadas pelos princípios e documentos oficiais existentes, como a Declaração de Salamanca, LDB Lei nº 9.394/96 e o Estatuto da Criança.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, para que essas orientações se tornem prática realmente é fundamental:

Equiparmos as oportunidades para que todas as pessoas, incluindo portadoras de deficiência, possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos (SASSAKI, 1997, p.41).



Em 1999 foram elaborados os PCNs, “estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educativas Especiais”, buscando respeitar a diversidade regional, cultural e política existente no país e, de outro lado, considera a necessidade de construir um currículo de referência nacional comum ao processo educativo.

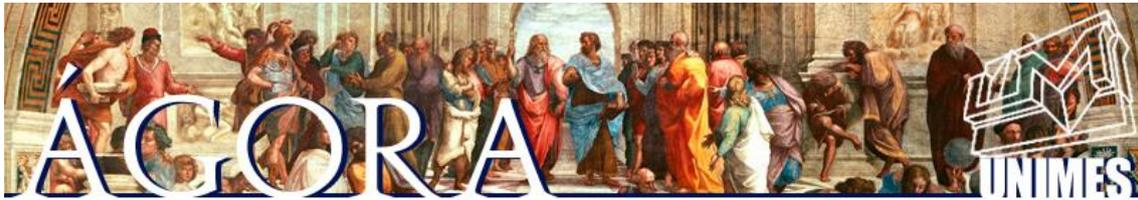
Mas é importante destacar que essa adaptação curricular requer um currículo ativo, o qual possa ser aplicado a todos os alunos, independentemente de sua deficiência. As adaptações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os alunos. Nessa circunstância, as adaptações curriculares implicam a planificação pedagógica e ações docentes fundamentadas em critérios.

Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1999, p. 31) destacam que:

O que dificulta todo esse processo é a burocracia exigida pelo MEC às escolas, que se veem obrigadas a repassá-las às equipes. Esse fato impede o planejamento claro das ações pedagógicas e curriculares compatíveis com a realidade de vida de seus educandos, suas condições socioeconômicas, política, religiosa, cultural, psicológica, ética. (MANTOAN,1998.p.44)

Reforçando a ideia da Lei nº 9.394/96, esse documento específico contemplando a Educação especial, elaborado para efetivar a proposta do Governo Federal, (BRASIL, 1999.p.12) afirma que: “a formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente”.

Com esses projetos de aprimoramento e de atualização do professor, considera-se fundamental o exercício de reflexão e ideias, sentimentos e ações



REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS

Vol.2 – Número 3- JUL.2017

entre os docentes, diretores, assistentes técnicos pedagógicos, psicopedagogos, coordenadores das escolas, enfim todos os profissionais que atuam na Educação.

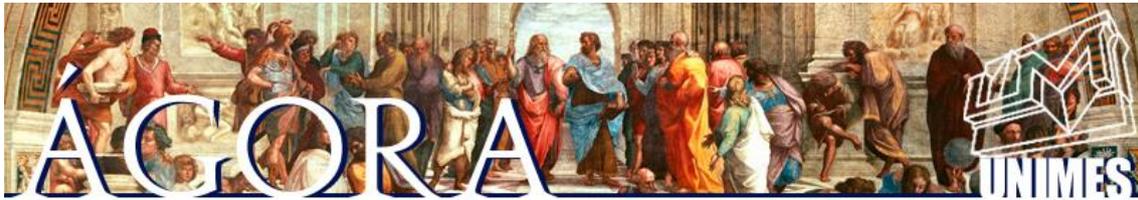
As reuniões devem ter como ponto de partida as necessidades e interesses comuns dos professores em esclarecer, analisar e comparar situações conflitantes que geram perturbações nas salas de aulas. Todos esses aspectos denotam que o corpo docente deve rever, junto da escola, um referencial curricular, para que questões técnico-pedagógicas sejam elaboradas com a mesma finalidade de desenvolver os educandos nas áreas para as quais os mesmos tenham aptidão.

Nessa perspectiva, o governo tem provocado movimentos nacionais de democratização do ensino, deixando sob a responsabilidade dos Estados a organização e a efetivação da política nacional. O Estado, por sua vez, deixa a cargo do município, para que realmente seja implantada a proposta da inclusão escolar. Ao mesmo tempo em que a lei garante o direito à Educação, ela não está proporcionando os recursos adequados para atender a demanda existente.

Percebe-se, assim, que a legislação garante um atendimento de qualidade de ensino especial, todavia revela-se contraditória quando respalda a repetição dos recorrentes problemas vividos pela Educação brasileira, demonstrado pela: “falta de recursos humanos qualificados, condições materiais adequadas e qualidade de ensino”. (CARMO, 1991.p.111)

Segundo Mantoan (1997.p.145), a inclusão questiona:

Não somente as políticas e a organização da Educação especial e regular. A inclusão causa uma mudança educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldade na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.



Toda essa evolução histórica mostra conquistas de pessoas que lutam na área da Educação especial. Com a criação de serviços pelas instituições oficiais e privadas, tem se apresentado relevantes ações concretas a favor das pessoas portadoras de deficiência, porém “é no contexto da Educação geral que devem estar presentes os princípios e as propostas que definem a políticas da Educação especial” (MAZZOTTA, 1999.p.201).

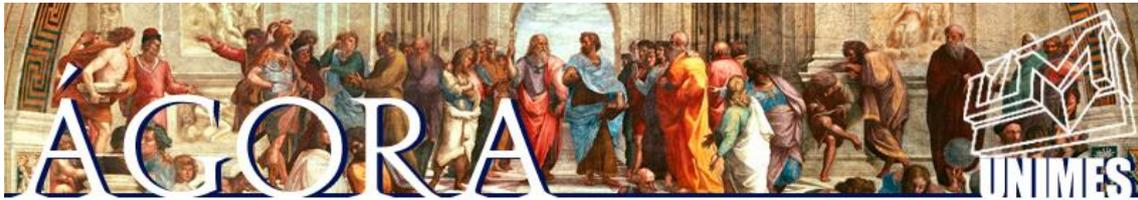
CAPITULO III - UM DESAFIO POSSÍVEL

A psicopedagogia é a ciência que lida com a aprendizagem e suas dificuldades e o psicopedagogo tem um importante desafio diante da inclusão escolar, que é justamente o de evitar a exclusão de alunos com necessidades especiais.

(...) historicamente, a psicopedagogia surgiu na fronteira entre a pedagogia e a psicologia, a partir das necessidades de atendimento de crianças com ‘distúrbios de aprendizagem’, considerada inaptas dentro do sistema educacional convencional (...) no momento atual, à luz das pesquisas psicopedagógicas que vêm se desenvolvendo, inclusive no nosso meio, e de contribuições da área da psicologia, sociologia, antropologia, linguística, epistemologia, o campo da psicopedagogia passa por uma reformulação. De uma perspectiva puramente clínica e individual busca-se uma compreensão mais integradora do fenômeno da aprendizagem e uma atuação de natureza mais preventiva. (KIGUEL apud BOSSA, 2007, p.20)

A principal barreira que o profissional encontra é a "dificuldade" no processo de aprendizagem. É preciso entender que a dificuldade sempre existirá na vida de qualquer estudante e que ela só é motivo de preocupação quando for muito intensa e frequente a ponto de gerar obstáculos que impeçam ou dificultem a aprendizagem.

A intervenção psicopedagógica deve proporcionar ao professor e ao aluno um nível próprio de autonomia na busca pelo conhecimento.



Cada indivíduo tem sua forma própria de aprender, meios, condições e limites. É uma maneira pessoal de aprender e construir o conhecimento e vem se desenvolvendo desde o nascimento, sendo fruto do inconsciente, em constante mudança na interação com o meio e com o outro.

Quando isso ocorre, ainda assim essa dificuldade não pode ser motivo de exclusão, como tanto aconteceu no passado e acontece até hoje. Os grupos humanos são heterogêneos, as pessoas têm graus de compreensão e atenção diferentes e áreas de mais dificuldades e de mais facilidades, como mostraram, há algum tempo, os estudos sobre inteligência emocional e inteligências múltiplas e é tarefa da equipe escolar buscar meios para melhor aproveitar o potencial de cada um.

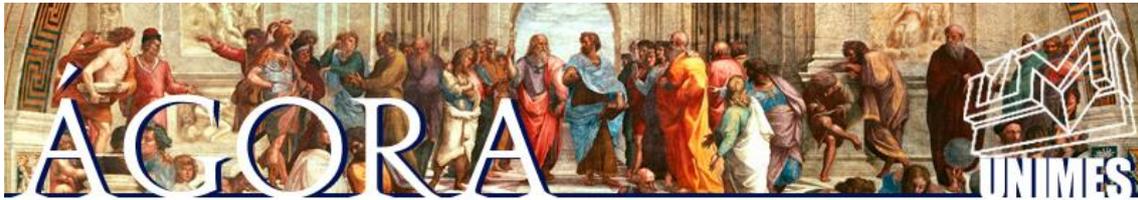
Já a dificuldade que se torna obstáculo é tarefa da psicopedagogia, pois necessita da compreensão de todo um contexto a fim de descobrir porque a exclusão ocorre e a visão de mundo e de Educação que sustenta essa dificuldade. Os problemas do processo de aprendizagem são a causa e a razão de existir da profissão e o sujeito que aprende é o alvo das perguntas que fundamentam a psicopedagogia.

O fracasso escolar, a evasão e as dificuldades no aprender, encontrados em tão grande número na sociedade, requerem uma análise cuidadosa e detalhada.

O diagnóstico deve ser um processo contínuo, passível de revisões, e a intervenção, investigativa, prosseguindo durante todo o trabalho de acompanhamento e evolução do caso particular atendido.

Apontando os casos de problemas de aprendizagem da língua escrita, talvez o mais comum nas consultas, é possível se pensar em diversas causas, como a ausência de recursos intelectuais, que torna o aluno incapaz de elaborar teorias e hipóteses acerca do objeto de conhecimento.

A falta desses recursos pode estar ligada à simples privação cultural e a um ambiente pobre em estímulos. É possível ainda que essa criança não se sujeite às regras e normas do processo de ensino-aprendizagem por estar



presa em um conflito edipiano ou ainda a uma situação sócio-familiar que a intimide ou amedronte, tornando-a apática.

Apenas para mencionar uma das possibilidades de tratamento sem nos aprofundarmos no tema, que não cabe a este estudo, citamos o jogo como atividade criativa e curativa, que permite ao aluno reviver ativamente situações dolorosas, reconstruindo os momentos que causaram marcas, constituindo-se numa importante ferramenta, segundo Freud. (apud BOSSA, 2007, p.109)

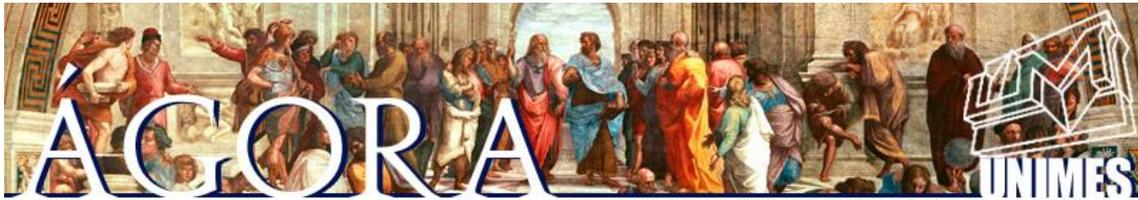
Essa e outras práticas podem e devem ser usadas na busca pela construção do saber, para terapias que visam a viabilidade da criança com deficiência leve ou traumas diversos a ser incluída no sistema regular de ensino.

A ideia defendida pela teoria das múltiplas inteligências explica o ser humano como multifacetado assim como o mundo o é e, portanto, a aprendizagem também deve ser. Na prática escolar diária, é comum que se valorizem as habilidades do aluno em detrimento das suas dificuldades, como se estas não existissem ou pudessem ser suplantadas.

A concepção que norteia o trabalho da Psicopedagogia delinea a aprendizagem como um processo biológico, com disposições afetivas e intelectuais, sendo esta passível de interferências na relação com o meio, influenciada pelas condições sócio-culturais.

Falar sobre psicopedagogia é, necessariamente, falar sobre a articulação entre Educação e psicologia, articulação essa que desafia estudiosos e práticos dessas duas áreas. (NEVES, 1992, p.10 apud BOSSA, 2007, p.20)

Além disso, também são fundamentais para o trabalho do profissional os princípios da neurologia, tanto para encaminhar o paciente a outros



profissionais como para prover um diagnóstico mais preciso e, conseqüentemente, a melhor forma de tratamento.

A Psicologia social avalia primeiramente o grupo no qual está inserido o sujeito da aprendizagem e as interferências do meio sobre ele, mas o foco da psicopedagogia deve ser a reação do aluno frente à tarefa que lhe é proposta, suas resistências, bloqueios, hesitações, sentimentos e angústias.

Porém, se passamos a supervalorizar as capacidades, acabamos por menosprezar a dificuldade, implicando ao estudante que não é preciso ou não é possível vencê-la, ainda que seja para o seu pleno desenvolvimento.

Claro que é necessário haver uma valorização das capacidades do indivíduo no processo de inclusão, mas ela deve promover oportunidades para que as dificuldades sejam superadas ou ajustadas ao melhor aproveitamento.

No mundo em que vivemos, onde a mídia dita o que todos devem pensar, ouvir, vestir, escolher, sobretudo entre os jovens em idade escolar. Dessa forma, a dificuldade ou deficiência pode fazer um aluno sobressair-se em relação aos outros, causando constrangimentos a este e contribuindo para que se retraia em vez de progredir.

Isso também é facilmente sentido no caso de dificuldade de aprendizado sem deficiência física/mental, o aluno torna-se automaticamente excluído pela escola, pelos colegas e pela sociedade como um todo.

A intenção aqui seria que o indivíduo se adaptasse ao considerado “normal”, quando deveria ter sua diferença respeitada e utilizada em seu favor. Como adaptar-se não é fácil, essa situação acaba gerando alunos rebeldes e desestimulados.

Depois de muitos anos funcionando dessa forma, errônea e injusta, surgiu a Educação especial, que não deixa de excluir, já que mantém os diferentes bem distantes dos “normais” ou, na melhor das hipóteses, tenta transformá-los para que possam voltar ao convívio com a normalidade.

Apesar de existir num contexto de grupo, incluir é um trabalho de



REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS

Vol.2 – Número 3- JUL.2017

crescimento individual e de pequenos grupos para que, só então esses alunos possam estar com todos.

As crianças do século XXI sofrem com uma série de exigências, têm seu amadurecimento forçado, contrariando a teoria de Piaget, que diz que a criança tem seu jeito próprio de ser e de se desenvolver, além de seu próprio tempo para isso.

Aparentemente a ideia é a de que as crianças cresçam antes do tempo, e isso pode ser observado também no excesso de atividades extracurriculares a que os pais os submetem. Frequentemente essa situação de sobrecarga e exigências acaba criando sérios problemas de aprendizagem, sendo necessário que as crianças tornem-se dependentes de medicação, tratados como doentes.

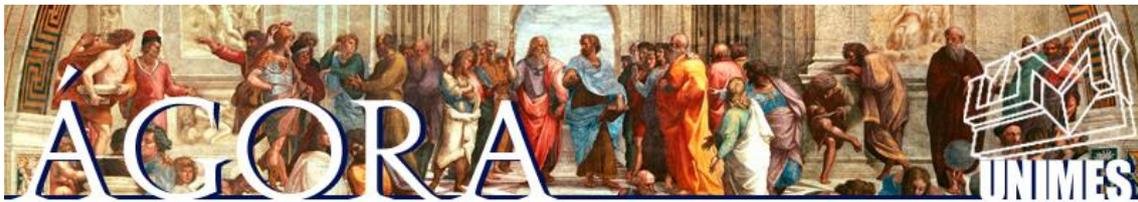
Cabe aqui também o papel preventivo da psicopedagogia, que busca diminuir e tratar dificuldades de aprendizagem já instaladas, envolvendo, em seu trabalho, o social e o individual do ser humano.

Em contrapartida, não encontramos mudanças na Educação que consigam absorver e lidar com as mudanças comportamentais da sociedade como um todo e, principalmente, da criança e do adolescente. Aquele que apresenta dificuldades de aprendizagem continua sendo um problema da família ou simplesmente alguém passível de intervenção médica.

O caráter preventivo da psicopedagogia deve envolver também um planejamento educacional e uma assessoria pedagógica, colaborando com os projetos educacionais e sanitários do espaço físico.

Essa é a escola verdadeiramente preparada para incluir o sujeito com necessidades especiais e é a grande preocupação do psicopedagogo, levando em conta cada aspecto da vida desse sujeito: familiar, escolar, social, cultural, entre outros.

Pensando nessa ação, a tarefa mais importante da psicopedagogia preventiva diz respeito à formação do professor, buscando novas modalidades para que esta seja eficiente.



Uma vez que a maioria das pessoas escolhe a profissão de acordo com seus desejos e interesses mais profundos, as propostas de formação do professor devem oferecer-lhe condições de estabelecer uma relação madura com o aluno, com os pais e com as autoridades escolares.

É parte do papel da psicopedagogia investigar, analisar e realizar novas propostas de formação docente, considerando cada um desses aspectos como uma tarefa de extrema importância.

A prática psicopedagógica levanta questões ainda não discutidas e que costumam gerar conflitos e isso porque seu paciente, o aluno com dificuldade de aprendizagem, apresenta quadros que estão além do campo de atuação de outros profissionais da saúde. Muitas vezes as dificuldades apresentam-se no desenvolvimento cognitivo ou afetivo do aluno.

O objeto de estudo da psicopedagogia deve ser entendido a partir de dois enfoques: preventivo e terapêutico. O enfoque preventivo considera o objeto de estudo da psicopedagogia o ser humano em desenvolvimento, enquanto educável. Seu objeto de estudo é a pessoa a ser educada, seus processos de desenvolvimento e as alterações de tais processos. Focaliza as possibilidades do aprender num sentido amplo. Não deve se restringir a uma só agência como a escola, mas ir também à família e a comunidade. Poderá esclarecer, de forma mais ou menos sistemática, a professores, pais e administradores sobre as características das diferentes etapas do desenvolvimento, sobre o progresso nos processos de aprendizagem. (GOLBERT, 1995, p.13 apud BOSSA, 2007, p.22)

É nesse ambiente que encontramos a inclusão, lutando para fugir do mesmo que era esperado nas escolas especiais: manter a criança quieta e atenta. Essa forma de pensar torna-se tão natural que nem notamos que a estamos utilizando dentro das nossas escolas, classificando conhecimentos e saberes de acordo com sua utilidade e descartando-os quando não nos servem mais.



Aqui se torna fundamental o papel da psicopedagogia, tendo em mente que dela podem surgir novas propostas e ideias que combatam a exclusão e reinventando a inclusão como ela realmente deve ser, através de pesquisas e produções científicas, orientação e ação dentro das instituições, no contato com os professores, com a equipe escolar e também com a família.

O psicopedagogo pode atuar em diversas frentes, entre elas a de levar a instituição de ensino a uma reflexão sobre seus valores, desconstruindo os muros que causam a desigualdade, assim como levar as próprias famílias a perceber a necessidade especial de seu filho e a melhor forma de incluí-lo, fazendo-o parte de um todo.

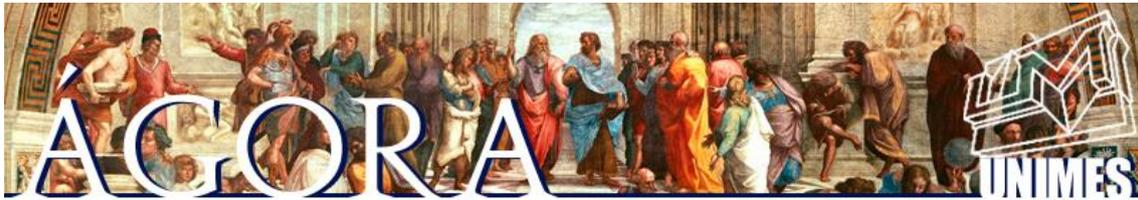
Além disso, é preciso que a família e a escola conheçam o real potencial da criança e os recursos que a instituição possui para estimular seu desenvolvimento. Isso é possível quando o profissional psicopedagogo não foca na deficiência/dificuldade, mas nas possibilidades de aprendizagem do indivíduo.

Cabe também ao psicopedagogo auxiliar a escola a se planejar para oferecer o melhor currículo e encontrar saídas metodológicas e avaliativas não exclusivas; pensar uma proposta de trabalho descentralizado do papel do professor, estimulando o aluno a desafiar-se constantemente; indicar as possibilidades de adaptação de linguagens e materiais, quando isso for necessário.

O olhar que a psicopedagogia, antes ausente do ambiente escolar, traz hoje possibilita também uma reflexão sobre o contexto social e sobre as diferenças na sociedade. É preciso repensar sobre o papel do profissional da saúde e da Educação na questão da inclusão.

Cada uma dessas tarefas que a psicopedagogia deve contemplar precisa estar articulada a tarefas da área da saúde, para que o aluno incluído possa ser atendido como um todo, como um ser completo.

Enfim, o papel da psicopedagogia na Educação é o de encontrar caminhos entre o saber e o não saber, o acesso ao conhecimento e a falta



REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS

Vol.2 – Número 3- JUL.2017

desse acesso, a facilidade e a dificuldade, a rapidez e a lentidão e outros opostos que possam se apresentar em um processo de aprendizagem.

Estas ações devem acontecer no âmbito do indivíduo, do grupo, da instituição e da comunidade, visando a aprendizagem e o desenvolvimento do estudante como indivíduo e como cidadão reflexivo.

O campo de ação e possibilidades do psicopedagogo é vasto, a ele cabe olhar a diferença sem perder a dimensão da igualdade. A psicopedagogia, como uma das áreas responsáveis pela aprendizagem, tem muito a aprender e muito a contribuir.

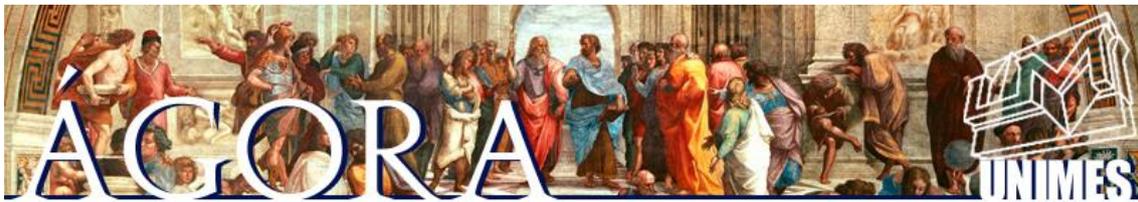
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa, foi possível compreender o papel do psicopedagogo, a necessidade de repensar a Educação inclusiva e a instituição escolar, principalmente pelas dificuldades enfrentadas pelos docentes, trazendo mudanças na forma de ver, pensar e fazer Educação escolar e a docência. A inclusão surge como um estímulo para se pensar na Educação a partir da inadequação de um sistema tradicional no qual é o aluno que necessita adaptar-se a escola, e esta por sua vez esquiva-se de possíveis mudanças.

A escola prepara o futuro e é certo que, se as crianças aprenderem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aula, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para entender e viver a experiência de inclusão.

O movimento inclusivo nas escolas, por mais que ainda seja muito contestado pelo caráter ameaçador de toda e qualquer mudança, especialmente no meio educacional, convence a todos pela lógica e pela ética de seu posicionamento social.

O professor da escola inclusiva depende de novos projetos direcionados com o compromisso de transformar a escola, para se adequar aos novos



REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS

Vol.2 – Número 3- JUL.2017

tempos. Se ainda hoje esses projetos se resumem a experiências locais, estas estão demonstrando a viabilidade da inclusão, em escolas e redes de ensino brasileiras, porque têm a força do óbvio e a clareza da simplicidade.

Todos nós enfrentamos caminhos incertos e longos, mas não é o bastante, precisamos ter em mente que as dificuldades existem, e temos que supera-las com muita fé, coragem, dedicação e muito amor a realidade está aí na nossa frente, porque não fazer o “diferente”.

Tudo é possível, depende somente de nós!

BIBLIOGRAFIA

BLANCO, Rosa. **A Integração dos alunos com necessidades especiais na região da América Latina e Caribe: Situação atual e perspectivas.** In: MANTOAN, M.T.E. **A Integração de pessoas com deficiências: Contribuição para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Mennon, 1997.

BOSSA, Nadia A. **A psicopedagogia no Brasil. Contribuições a partir da prática.** 3a edição. Porto Alegre: Artmed, 2007.

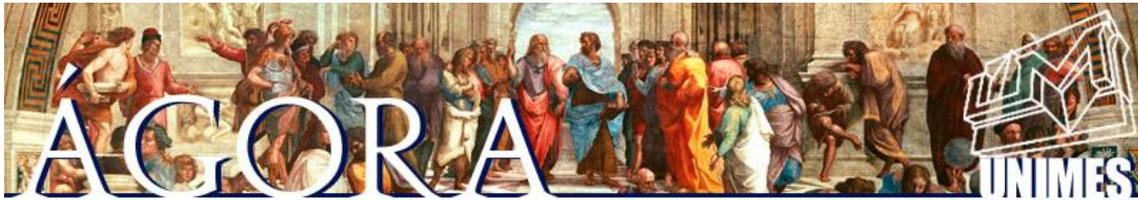
BRASIL. MEC. CENESP. **Diretrizes Básicas para a Ação do Centro Nacional de Educação Especial.** Brasília, 1994.

BRASIL. MEC. **Plano Decenal de Educação para todos.** Brasília, 2000.

BRASIL. MEC. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília, 1994.

Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares. Brasília, 1999.

Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Especial. Brasília, 2000.



REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS

Vol.2 – Número 3- JUL.2017

CARMO, Apolônio Abadio. **Deficiência física: A sociedade cria, recupera e discrimina.** 4ª edição. Brasília: Escopo, 1991.

CARVALHO, Rosita Edler. **A Nova LDB e a Educação Especial.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem Educação inclusiva.** Porto Alegre: Mediação, 2000.

MAZZOTTA, Marcos J.D. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas.** 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 1999.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar, O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér e colaboradores. **Integração de pessoas com deficiência.** São Paulo: Mennon, 1997.

SANTOS, M.T.C.T. **Heterogeneidade como forma de cidadania: Uma experiência da Integração em rede pública.** In: MANTOAN, M.T.E. **A Integração de pessoas com deficiência: Contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Mennon/Senac, 1997.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** 3ª Edição. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

UNESCO & Ministério da Educação e Ciência da Espanha. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre educativas especiais: Acesso e qualidade.** Brasília: 1994.



REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS

Vol.2 – Número 3- JUL.2017

VAYER, Pierre; RONCIN, Charles. **A integração da criança na classe.** São

Paulo: Manole, 1989.

Tania Mara de Souza Sampaio

Mestranda em Ciências da Educação. Pós Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Pós Graduação em Interpretação de Libras na Unigrendal. Pedagogia e Matemática

Artigo recebido em 18/01/2017

Aceito para publicação em 27/06/2017

SAMPAIO, Tânia Mara de Souza. **O PSICOPEDAGOGO FRENTE À INCLUSÃO ESCOLAR.** Revista Ágora. Unimes Virtual. Volume 2 – Número 3 – Julho 2017 . Disponível em:

<http://periodicos.unimesvirtual.com.br/index.php?journal=formacao&page=index>